

A REPRESENTAÇÃO DA CENSURA INQUISITORIAL E DITATORIAL NO TEATRO SARAMAGUIANO

THE REPRESENTATION OF INQUISITORIAL AND DICTATORIAL CENSORSHIP IN SARAMAGO'S DRAMA

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2175-3180.v14i28p94-105>

Cybele Regina Melo dos Santos¹

RESUMO

A Censura é uma característica presente na história de Portugal e seu impacto foi sentido diretamente nos meios de comunicação, como na literatura (poesia, prosa ou teatro) e periódicos (jornais, revistas) produzidos ao longo dos séculos XVI até XX. No final dos anos de 1970, o escritor José Saramago (1922-2010) se faz conhecer no campo da dramaturgia com a publicação das peças *A noite* (1979) e *Que Farei com este livro?* (1980), trabalhando com a temática histórica de Portugal, envolvendo suas personagens em tramas que se desenrolam na perspectiva da censura inquisitorial e ditatorial.

PALAVRAS-CHAVE

Censura; Ditadura; Inquisição.

ABSTRACT

*Censorship is a feature present in the history of Portugal and its impact was felt directly in the media, as in literature (poetry, prose, or theater) and periodicals (newspapers, magazines) produced throughout the 16th to 20th centuries. At the end of the 1970s, the writer José Saramago (1922-2010) made himself known in the field of dramaturgy with the publication of the plays *A noite* (1979) and *O que farei com este Livro?* (1980) working with this historical theme of Portugal, involving its characters in plots that take place from the perspective of inquisitorial and dictatorial censorship.*

KEYWORDS

Censorship; Dictatorship; Inquisition.

¹ Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

O tema da censura, seja ela inquisitorial ou ditatorial, está presente na história de Portugal desde o século XVI perdurando até o século XX, ligando-se, respectivamente, ao momento do estabelecimento da Inquisição e do Estado Novo.

A Inquisição no país teve seu início no reinado de D. João III, sendo assinada pelo Papa em 23 de maio de 1536. Ela apresentava características independentes das que foram estabelecidas em Roma e na Espanha, com uma organização muito bem elaborada, o apoio das autoridades civis e uma intervenção ativa do rei, desde os pequenos detalhes que envolviam os autos de fé até os julgamentos dos acusados e condenações. O primeiro inquisidor geral nomeado pelo rei foi D. Fr. Diogo da Silva, sendo substituído em 1547 pelo infante D. Henrique (HERCULANO, 1979).

O papel da Inquisição em Portugal compreendia, entre outras atribuições, a intolerância das práticas religiosas do judaísmo pelos cristãos-novos, ideias do luteranismo e do islamismo. Os costumes dos hereges que levavam às atitudes pagãs, como a bigamia e a feitiçaria, foram outro aspecto importante de perseguição, auxiliando na conservação do poder da Igreja perante os seus pares e à população.

Considerando que a monarquia portuguesa do século XVI tinha uma forte ligação com a Igreja Católica, sobretudo pela figura do Cardeal D. Henrique, a inserção da inquisição não foi vista de forma positiva pelos outros países, conforme o excerto a seguir:

O estabelecimento da Inquisição em Portugal prejudicou sobretudo a melhor reputação da monarquia portuguesa, já decorando-a aos olhos do mundo verdadeiramente cristão, como uma horda de bárbaros impiedosos, menos prezadores da divindade suprema e homicidas atozes de seus próprios irmãos e já alcançando-lhe o despreço político entre as demais nações que chegaram até a indigitá-la como insensata, hipócrita e falaz (MENDONÇA; MOREIRA, 1980, p. 425).

Rodrigues (1980) classifica a censura inquisitorial em Portugal em dois modelos: como censura inquisitorial (séculos XVI, XVII e na primeira metade do século XVIII) e como Real Mesa Censória (1768 até 1821).

O século XX, por sua vez, ficou marcado por inúmeros conflitos mundiais, com lutas internas e externas nos mais diversos países, geralmente ocasionadas por mudanças de regimes políticos que geraram um crescimento de diversos governos autoritários, como o nazismo na

Alemanha, o fascismo na Itália, o franquismo na Espanha, além da primeira e segunda Guerras Mundiais, culminando com a queda de líderes e consequentes alterações de desenvolvimento em inúmeros países. Particularmente em Portugal, as manifestações políticas, sociais e econômicas afetaram toda a constituição da nação ao longo do século.

A censura imposta em Portugal foi uma maneira encontrada e articulada pelo governo salazarista como forma de impedir que a população tivesse conhecimento da realidade dos fatos internos, bem como dos externos, considerando os problemas dos seus vizinhos europeus e das colônias em África, num verdadeiro propósito de “despolitização e desmobilização cívica dos portugueses ao tentar impedir a tomada de conhecimentos de alternativas sociais, culturais, políticas e ideológicas ao Estado Novo” (MADEIRA, 2010, p. 33).

O governo de Salazar foi marcado pelo autoritarismo (criação da Polícia Internacional e de Defesa do Estado – sob a sigla PIDE – e estabelecimento de Prisões Políticas tanto no Forte de Peniche como nos Campos de Deportação em Tarrafal, no Cabo Verde, bem como a censura dos meios de comunicação e das artes), nacionalismo (exaltação do passado e culto dos heróis como D. Afonso Henriques e Vasco da Gama), culto da sua personalidade como salvador da Nação, promoção de propaganda de governo de forma a beneficiar a imagem frente ao povo e um forte incentivo ao trabalho no campo (AUGUSTO, 2011).

A censura imposta pelo regime limitava os direitos dos cidadãos desde 1926, quando foi instituída junto aos meios de comunicação social (rádio, televisão e escrita, envolvendo jornais, revistas, entre outros) e às artes (teatro, cinema e literatura), sendo fortalecida no decorrer dos anos. O papel da polícia política, a PIDE, era o de supervisionar todos os assuntos políticos, religiosos e militares entre os civis, impedindo a divulgação de tudo que fosse ou parecesse ser contra o governo, bem como escândalos de várias ordens. No caso dos livros, foram proibidos tanto de serem lidos como vendidos ou impressos, de modo que a opinião pública fosse controlada. Tudo era muito bem articulado de maneira que “a acção da censura e a repressão policial abafam a maior parte dos factos políticos” (SARAIVA, 1992, p. 533).

A censura serviu como um instrumento de repressão cultural, tendo como alvo todos aqueles que pudessem representar alguma ameaça ao sistema político, como jornalistas, pensadores livres, publicitários,

escritores e a classe artística. Assim, mantendo uma censura prévia e o controle do rádio, televisão, cinema e teatro, houve uma “proibição de oposição organizada, o controlo da imprensa e a forte personalidade do Dr. Salazar explicam a longa estabilidade quer dos homens, quer das orientações” (SARAIVA, 1992, p. 358-359).

Historicamente, as perseguições à imprensa e, sobretudo, às produções literárias se fortaleceram anos após a instituição do Estado Novo na década de 1940, quando surgiu um novo momento de expressão artística no país: o Neorrealismo.

Podemos designar o neorrealismo como uma corrente artística moderna de vanguarda, de influência socialista, comunista e marxista. A representação na escrita das questões sociais, culturais, políticas e económicas pelas quais passava a sociedade são os temas desenvolvidos pelos poetas, dramaturgos e escritores, permitindo que “ao longo do percurso literário neorrealista, os temas mais visados serão aqueles que se ligam ao proletariado e à sua condição económica: conflito social, alienação e consciência de classe, posse da terra, opressão, decadência dos estratos dominantes, etc.” (REIS, 1981, p. 17).

Os temas considerados proibidos eram os que abordavam tanto a educação feminina como a masculina, no que se referia ao comportamento e suas relações, bem como os assuntos sexuais, prevalecendo o puritanismo. Assim como na censura inquisitorial, nessa fase da ditadura, a Igreja Católica com os seus ideais tinha uma grande influência sobre os costumes que se referiam à família, educação e a vida em sociedade dos portugueses.

Em meio às lutas e críticas que sofria o governo no país, surge um novo cenário para a vida política, económica e social dos portugueses com a Revolução dos Cravos, ocorrida no ano de 1974.

Ela foi realizada pelo Movimento das Forças Armadas (MFA), com o apoio da população, quando ambos, desejosos por mudanças, uniram-se para alterar a situação do país, culminando com a instauração da Terceira República. Segundo Lourenço, nesse momento, a esperança “nasceu acompanhada da vontade de inventar um outro destino para Portugal. Um destino inédito, excepcional no contexto ocidental da Europa, nada menos que o de uma ‘democracia popular’” (LOURENÇO, 1999, p. 140).

No final dos anos de 1970, o escritor José Saramago (1922-2010) já se fizera conhecer no campo da dramaturgia com a publicação das peças *A noite* (1979) e *Que Farei com este livro?* (1980), trabalhando com uma temática

histórica de Portugal. Com uma produção que envolve romances, ensaios, dramaturgia e poesia, deixou sua marca no cenário literário pelo posicionamento contrário ao contexto político no país. Embora seja mais conhecido pelos seus romances e ensaios, as suas primeiras obras dramáticas colaboraram substancialmente para uma reflexão sobre o momento político e social pelo qual passou Portugal.

De modo a seguir com a ordem cronológica da historiografia de Portugal, estabelecemos um diálogo do tema primeiramente com a peça *Que farei com este livro?* e, depois, abordaremos a peça *A noite*. Ambos são textos teatrais, que abordam a temática histórica como foco central dos seus enredos, apresentando eventos relacionados à censura imposta à publicação de livros e aos meios de comunicação nesses dois momentos do país, em especial. O conteúdo escolhido por Saramago estabelece um paralelo entre Portugal do passado e Portugal de meados de 1970, numa aproximação dos fatos que marcaram os acontecimentos inquisitoriais e ditatoriais.

A peça *Que farei com este livro?* foi encomendada ao autor com o objetivo de ser levada aos palcos em virtude das comemorações dos 400 anos da morte de Camões, convite feito pela encenadora e autora portuguesa Luzia Maria Martins (fundadora do Teatro Estúdio de Lisboa, em 1964), sendo encenada pela Companhia de Teatro de Almada, com direção de Joaquim Benite. Em 2007, voltou a ser encenada pela mesma companhia teatral.

A ação dramática da peça ocorre pela vontade apresentada pela personagem principal, Camões, em conseguir que publiquem seu livro *Os Lusíadas*. No entanto, enquanto ele luta para que isto aconteça, outros fatos históricos vão ocorrendo no desenrolar do enredo e que, aos poucos, são apresentados ao espectador numa progressão dramática. Deste modo, percebe-se a evolução da dinâmica do conflito dentro da peça, pois “um conflito não pode ser estático, que deve crescer, intensificar-se, aumentar quantitativamente, para vir a resolver-se” (Pallotini, 1988, p. 12).

Na peça, o conflito passa a ser constituído na representação dos problemas que ocorrem com a personagem de Camões, que vão desde a sua chegada em Portugal até a autorização e execução de seu livro, passando pela indiferença da corte, autorização do Santo Ofício e falta de dinheiro para a impressão. Também são destacados os problemas que Portugal está atravessando neste período, com o rei D. Sebastião e sua atitude de não querer se casar, a peste que assola Lisboa e agrava a miséria,

Luís de Camões: Dá-se então Vossa Reverença por satisfeita com as alterações que fiz? Não haverá mais que suprimir e acrescentar? Não terei mais que torcer o sentido para o sujeitar ao vosso desejo sem sacrificar insuportavelmente a minha intenção? (SARAMAGO, 1998, p. 73).

As situações que ocorrem na peça *Que farei com este livro?* demonstram o clima não apenas do governo, mas também “a peste e o nevoeiro (figurado, respectivamente, a ambiência criada pela inquisição e a mentalidade confusa do jovem rei D. Sebastião) são motivos alusivos recorrentes desse argumento negativo” (Seixo, 1987, p. 35), que levam a acreditar que o herói (D. Sebastião) foi mitificado circunstancialmente pela problemática do país.

A noite foi encenada no ano de sua publicação pelo Grupo de Ampolide, recebendo o prêmio da crítica pelo Melhor Texto Original de 1979. A ação se passa em uma redação de um jornal na cidade de Lisboa, ocorrendo na noite de 24 para 25 de abril de 1974. Para os que conhecem a história de Portugal, o momento de ocorrência da peça já é sugestivo para o desenrolar em seu enredo.

As personagens que a compõem trabalham em uma redação de jornal: chefe da redação, diretor, jornalista, contínuo, estagiários, entre outros. É uma peça enxuta dividida em dois atos, em que o primeiro descreve o típico ambiente de uma redação de jornal, com suas mesas divididas por baias, telefone tocando, tilintar de máquinas de escrever e pessoas apressadas, em que cada uma realiza atividades primordiais para a confecção de um jornal diário; o segundo ato descreve um ambiente interno mais tranquilo, porém havendo a atmosfera de tensão das ruas da capital Lisboa. O prenúncio de um golpe são as notícias que chegam ao jornal, enquanto o jornal do dia 25 já está no prelo para a impressão.

As falas das personagens da peça já denotam certa insegurança e insubordinação dos responsáveis do jornal com a publicação de suas notícias. Logo de início, temos a descrição de que no gabinete do diretor encontra-se um visitante com quem ele estabelece uma conversa em um tom “misterioso”. Após, o chefe da redação inicia a sua fala, dando as diretrizes do que se deve fazer naquele dia para alguns dos membros da sua equipe. O clima é tenso, sobretudo pela maneira autoritária dele falar:

Valadares: (Falando para o telefone.) Ligue-me ao exame prévio, se faz favor. (Pousa o auscultador. Passa os olhos por um papel entre muitos que tem sobre a secretária.) Torres! (Aproxima-se Torres, homem de

meia-idade, sóbrio de gesto.) Ficou-me aqui esta notícia. É do correspondente da Guarda. Se ainda houver tempo, entra hoje. Se não, fica para amanhã. Dê-me um jeito nisso. (Torres, sem uma palavra, volta ao seu lugar. O Telefone de Valadares toca.) Está? É do Exame Prévio? Fala Valadares, do... Ligue-me ao senhor coronel Miranda.

[...]

Jerónimo: [...] Deixa lá, não te rales tanto. O verbo é sempre o mesmo: eu obedeco, tu obedeces, ele manda. E para quê? Para fazer uma coisa que de jornal só tem o nome e o papel... (Saramago, 1998, p. 101-102; 106).

Uma característica que predomina na peça são as relações de poder que fizeram parte do governo ditatorial, como neste excerto, em que um dos principais redatores do jornal se questiona sobre o seu papel profissional e o que deve ser escrito para o público.

Torres: [...] Quantos acontecimentos importantes para o mundo se dão diariamente no mundo? Provavelmente milhões! Quantos deles são selecionados, quantos passam pelo crivo que os transforma em notícias? Quem os escolheu? Segundo que critérios? Para que fins? Que forma tem esse filtro ao contrário, que intoxica porque não diz a verdade toda? E notícias falsas, quantas circulam no mundo? Quem as inventa? Com que objetivos? Quem produz a mentira e a transforma em alimento de primeira necessidade? (SARAMAGO, 1998, p. 125).

Ainda apresenta certa desilusão demonstrada, conflito psicológico que ocorre com o fato de ser jornalista e a sua prática profissional, quando em uma de suas falas diz que, em seu meio, “existe uma corrupção, uma espécie de apodrecimento. Nem os melhores escapam à contaminação. Não se pode trabalhar num esgoto sem cheirar a esgoto” (Saramago, 1998, p. 128).

Para Costa (1997), as personagens de Valadares e de Torres representam dois subgrupos que fazem parte do esquema da peça, sendo que ambos vão liderando e delineando todos os passos relacionados à trama da peça. O primeiro é composto pelos submissos à servidão do Governo e o segundo pelos que, ideologicamente, possuem ideias contrárias ao que vivem, são os revolucionários. Metaforicamente, eles representam os dois lados de um conflito ideológico presente na época da ditadura salazarista: os que temem a repressão e apoiam o regime abertamente e os que são contrários, mas que se mantêm em silêncio.

No segundo ato, Torres sai para buscar informações nas ruas, o que caracteriza uma revolução interna no jornal. Os funcionários revoltam-se, contrariam as ordens de Valadares e exigem um posicionamento crítico.

Fonseca: (Vem para Valadares.) Provoações? Quem vem aqui fazer provocações é o Jerónimo, não sou eu. E tu amochas, tu calas-te, tu contemporizas. Havia de ser comigo! Este jornal está a precisar de um pulso firme, ou vai tudo por água abaixo. Ou se lhe deita a mão, ou caímos na anarquia (SARAMAGO, 1998, p. 144).

Num tom contrário a censura, o jornal vai para a prensa com as notícias recém-chegadas:

Torres: (Exultando.) Aconteceu! Aconteceu! [...] É tudo verdade! Há tropas na Emissora, na Televisão, no Rádio Clube. E o Quartel-General, em S. Sebastião, está cercado. E outros locais. Fora de Lisboa, também. Eu escrevo a notícia, tenho aqui os apontamentos, eu escrevo (SARAMAGO, 1998, p. 156).

O aspecto da censura ditatorial apresenta “uma peça de circunstância essencial [...] pensar de modo dramático o 25 de Abril (ou melhor, a sua recepção, e mais adequadamente a sua notícia) corresponde a um fantasma positivo cultivado por todos nós” (SEIXO, 1987, p. 34).

Para Costa, o fato de representar a noite que antecede o dia da Revolução dos Cravos, em um ambiente restrito e interno de uma redação de jornal, corresponde a um “paralelismo que se estabelece entre essas duas acções de envergadura diferente porém de cariz complementário, é o que melhor define a proposta da primeira peça de teatro escrita por José Saramago” (Costa, 1997, p. 123).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A temática desenvolvida nas duas peças prende-se na História do país e nas suas implicações que se deram com o tema da censura ocorrida nesses dois períodos. A fase em que esteve sob o domínio da Inquisição demonstra o início de limitações contra a liberdade de expressão que se prolongaram por vários séculos, influenciando e restringindo a escrita e produção literária, assim como o período em que Portugal esteve sob o comando de Salazar, que foi marcado pelo subdesenvolvimento social e pela tentativa de declínio da produção intelectual, promovidas pela carência e perseguição cultural.

Com relação a José Saramago, ao considerarmos o período correspondente à sua escrita e à publicação de suas produções, ambos

simbolizaram a resistência e a esperança de tempos melhores. Ele escreveu essas peças em um país recém-saído de um longo período de censura, também sofreu perseguições enquanto trabalhava no meio jornalístico durante o regime, e mesmo assim conseguiu captar o momento histórico ocorrido e transmitir em seu texto de forma tão vívida as ocorrências da noite anterior ao dia que mudaria os rumos da história do país. Ainda conseguiu resgatar um importante momento da história e da literatura portuguesa ao retratar a saga por que passou Luís de Camões.

Podemos considerar que, após os acontecimentos de 25 de abril, as atividades culturais ganharam um novo rumo, saindo das amarras impostas pelo regime ditatorial salazarista, contando com uma produção literária que incluía liberdade, com apoio à comunidade artística e criação de prêmios literários (como o Prêmio Camões em 1988).

Para Portela e Rodrigues, “a ditadura clérigo-militar mergulha Portugal nas trevas duma nova Idade-Média”, estabelecendo, gradualmente, novos rumos à nação, transformando o que “foi este vasto e fecundo movimento de operários manuais, escritores, tradutores e jornalistas, que a ditadura fascista desbaratou, matando uns e deportando outros, para que tudo viva, como hoje, na escuridão” (PORTELA; RODRIGUES, 1957, p. 44-47; 157). Os autores também reuniram cartas com depoimentos que apresentam o “barbarismo” das prisões que foram realizadas por Salazar quando esteve no poder, analisando a crueldade psicológica e física a que eram submetidos os réus nos tribunais da época, expondo que “a Inquisição é capaz de tudo, e a tortura a que submetem as vítimas fá-las, em muitos casos, delirar, a ponto de responderem afirmativamente a todas as perguntas, sem consciência mesmo das respostas que dão”.

De acordo com Nery (1975), o fim da censura em Portugal, decorrente do fim do Estado Novo, pôde ser sentido no comportamento das pessoas, que começavam a “descobrir” as ruas, com mais vontade de circular pela cidade, conhecer seus vizinhos, frequentar os cafés e rodas de conversa. As notícias de jornal começavam a expor as manchetes com mais liberdade, as salas de cinema começavam a exhibir filmes que já haviam circulado no cinema europeu, com temas políticos e com cenas mais audaciosas, revistas de humor com piadas de sexo e de política também passaram a ser vendidas em bancas de jornal. Assim, com “a ausência de repressão policial – ainda que em alguns momentos intervenções pontuais tenham sido necessárias – fez com que a

taxa de liberdade experimentada pelos cidadãos alcançasse uma marca incomum até mesmo para democracias consideradas já consolidadas na época” (AUGUSTO, 2011, p. 154).

Definindo esse período histórico português, o crítico Eduardo Lourenço (1992), em *O Labirinto da Saudade*, afirma que a história contemporânea do país só começou a ser construída após 1974, quando Portugal realmente se viu como uma nação única, sem a presença de suas colônias para lembrar-se de sua presença em outros continentes, passando a construir a sua nova identidade nacional.

REFERÊNCIAS

- AUGUSTO, Claudio de Farias. *A revolução portuguesa*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- COSTA, Horácio. *José Saramago: o período formativo*. Lisboa: Caminho, 1997.
- HERCULANO, Alexandre. *História da Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal III*. Lisboa: Bertrand, 1979.
- LOURENÇO, Eduardo. *O Labirinto da Saudade: Psicanálise Mítica do Destino Português*. 5. ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992.
- LOURENÇO, Eduardo. *Mitologia da Saudade: seguido de Portugal como Destino*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- LOPES, João Marques. *Saramago: Biografia*. São Paulo: Leya, 2010.
- MADEIRA, João (coord.). *Vítimas de Salazar: Estado Novo e Violência Política*. 3. ed. Portugal: A esfera dos livros, 2010.
- MENDONÇA, José Lourenço; MOREIRA, António Joaquim. *História dos principais actos e procedimentos da inquisição em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1980.
- NERY, Sebastião. *Portugal um salto no escuro*. 3. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1975.
- PALLOTTINI, Renata. *Introdução à dramaturgia*. São Paulo: Ática, 1988.
- PORTELA, Luís; RODRIGUES, Edgart. *Na Inquisição do Salazar*. Rio de Janeiro: Editora Germinal, 1957.
- REIS, Carlos. *Textos teóricos do neo-realismo português*. Lisboa: Seara Nova, 1981.
- RODRIGUES, Graça Almeida. *Breve História da Censura Literária em Portugal*. Lisboa: Bertrand, 1980.
- SARAMAGO, José. *Que Farei com Este Livro?* São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SARAIVA, José Hermano. *História Concisa de Portugal*. 15. ed. Portugal: Publicações Europa-américa, 1992.

SEIXO, Maria Alzira. *O essencial sobre José Saramago*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1987.


Recebido em 27 de fevereiro de 2022

Aprovado em 10 de junho de 2022

Cybele Regina Melo dos Santos

Doutoranda em Literatura Portuguesa na Universidade de São Paulo. Mestre em Letras (Literatura Portuguesa) pela mesma universidade.

Contato: cyre@usp.br

 <https://orcid.org/0000-0003-2957-6380>

A **Revista Desassossego** utiliza a **Licença Creative Commons Attribution** que permite o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria e publicação inicial neste veículo – **Attribution-NonCommercial-NoDerivates 4.0 International (CC BY-NC-ND 4.0)**, e reconhece que os Autores têm autorização prévia para assumirem contratos adicionais separadamente para distribuição não-exclusiva de versão dos seus trabalhos publicados, desde que fique explicitado o reconhecimento de sua autoria e a publicação inicial nesta revista.